

20/12/2018

APEOESP

70

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**

Em reunião com a SEE, APEOESP discute demandas da categoria

A APEOESP reuniu-se na quinta-feira, 20, com o secretário da Educação. Diversos assuntos de interesse da categoria foram tratados.

Categoria 0

Concurso público para todos, mas sem punição aos professores que estão na rede

Uma nova situação foi criada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que julgou procedente ação da Procuradoria Geral de Justiça pela inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei Complementar 1093/2009.

Explicando: o Tribunal considerou que os casos de contratação de servidores temporários previstos no artigo 1º não justificam que sejam feitos sem a realização de concurso público. Isto significa que o Estado não mais poderá admitir professores e demais servidores com fundamento na LC 1093/2009. Contudo, os professores que não terão seus contratos extintos neste dia 20/12 (contratados em 2016, 2017, 2018) poderão participar normalmente das atribuições de aulas. Para esses, haverá tempo hábil para a realização de concursos, de acordo com a decisão do Tribunal.

O problema se coloca para aqueles que, contratados em 2015, têm seus contratos extintos em 20/12. Sendo assim, a APEOESP tomou a iniciativa de apresentar proposta para a atual gestão e já

entrou em contato com a equipe de transição do próximo governo para buscar uma solução. A equipe da próxima gestão entendeu ser possível estabelecer um diálogo entre o Tribunal de Justiça, a Secretaria da Educação e a APEOESP com esse objetivo.

Considerando a intempestividade da decisão do Tribunal, tomada de maneira abrupta e imprevista, que poderá impedir que cerca de 8.500 professores com contratos iniciados em 2015 possam lecionar em 2019, a APEOESP defende que possam assumir aulas como os demais e estabeleceu um canal com a futura gestão para que sejam convocados 15 mil professores PEB II concursados para que se cumpra o edital do concurso realizado em 2014.

Termo de Ajustamento de Conduta

Embora a atual administração afirme que o concurso caducou, a APEOESP não tem esse entendimento e ingressou com Ação Civil Pública no próprio TJSP para o cumprimento do edital. Portanto, há essa possibilidade concreta de encaminhamento junto ao TJSP, como forma de dar solução para o problema. Se isto se estabelecer - a chamada dos concursados - se cumprirá a exigência do Tribunal. Por outro lado, levará um tempo até que se cumpram todas as etapas (convocação, exames, perícia, posse).

Assim, a APEOESP apresentará para o TJSP que a decisão pode ser cumprida por meio de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) pelo qual o Estado estaria cumprindo em parte a decisão, mas assegurando que os professores temporários contratados em 2015 possam lecionar até que se cumpra totalmente a chamada e posse dos 15 mil concursados.

No contato da presidenta da APEOESP com a equipe da nova gestão, salientou-se a dificuldade de início do ano letivo com 8.500 professores a menos, o que, concordam os futuros gestores, será ruim também para a nova administração. Por isso, ficou marcada já para a primeira semana de janeiro um contato com o novo governo para, juntos, buscarmos o diálogo com o Tribunal de Justiça. Assim como para estudarmos todas as possibilidades de resolver esta situação.

Pagamentos com erros

O secretário reafirmou que os casos de pagamentos incorretos estão sendo resolvidos. De acordo com ele, um grupo de trabalho em seu gabinete está corrigindo esses pagamentos com ordens de crédito nas contas dos professores e entrando em contato com os mesmos para comunicar.

A APEOESP reafirmou que há muitos casos em que isto não ocorreu. O secretário, solicitou, então, que todos os casos que a APEOESP comunicou à CGRH sejam também remetidos a ele. E que, de agora em diante, todos seja remetidos com cópia para seu email.

Matrículas continuam abertas

Frente a informações que nos chegaram de que não mais estariam sendo aceitas matrículas

na rede estadual de ensino, o secretário assegurou que continuam abertas até 11 de janeiro.

Reposições de aulas

Uma vez mais, a APEOESP solicitou que a SEE oriente as Diretorias de Ensino e escolas sobre as reposições de aulas relativas aos dias 8/6, 10/8 e 21/9, quando houve paralisações. O secretário entrou em contato com a CGRH para que dê seguimento, reiterando que as reposições estão autorizadas. Isto inclui, evidentemente, a retiradas das faltas o pagamento.

CEEJA

Diretoria da APEOESP alertou o secretário de que a nova Resolução relativa ao horário de trabalho nos CEEJAs contraria a Lei Complementar 836/97 (Plano de Carreira), pois retira os HTPs e os horários de trabalho em local de livre escolha. Por ser ilegal, a resolução deve manter o que determina a LC 836/97. Caso isso não ocorra, a APEOESP ingressará com ação judicial em defesa dos professores.

Remoção

O secretário afirmou que até o final deste mês será publicado o resultado final do concurso de remoção com as devidas correções.

Fechamento de classes

A APEOESP levou ao secretário a denúncia de que estão ocorrendo diversos casos de fechamento de classes nas escolas estaduais. E foi solicitada a apresentar os casos concretos.

Assim, as subsedes devem fazer levantamento nas regiões e informar todos os casos de fechamentos de classes para presiden@apeoesp.org.br.

Projeto "escola sem partido" não avança na Câmara Municipal de São Paulo

Mais uma vez, a mobilização de professores e estudantes aliada com o posicionamento dos vereadores que fizeram oposição ao projeto na Câmara Municipal de São Paulo não permitiu a aprovação do "escola sem partido" em sessão ocorrida na quinta-feira, 20. Conforme regimento da Casa, vereadores contrários ao projeto obstruíram a sessão não oferecendo quórum suficiente para votação.

Apesar de todo o esforço e da pressão dos parlamentares representantes da direita e do MBL, o projeto foi engavetado.

A APEOESP, como membro do Comitê de Luta pela Escola Sem Censura, esteve presente na Câmara como uma das protagonistas da luta contra este retrocesso que pretende, entre outras coisas, acabar com a liberdade de cátedra dos professores.